

***RELATÓRIO DE  
GESTÃO,  
BALANÇO E  
CONTAS  
DO ANO  
2014***

Exmos. Senhores Associados

Nos termos da alínea c), do nº 4, do artigo 8º dos Estatutos da Associação Portuguesa dos Industriais de Pirotecnia e Explosivos, vem a Direcção submeter à apreciação da Assembleia-geral o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### ➤ CONJUNTURA ACTUAL

Parece-nos evidente, no que respeita aos orçamentos disponíveis das entidades públicas e organizações privadas para festas e eventos, que a conjuntura económica do país tem melhorado.

Lamentavelmente, a atuação no mercado de alguns operadores pirotécnicos (sobretudo agentes e revendedores de atuação legal duvidosa) não tem permitido que os orçamentos disponíveis sejam aproveitados pelas empresas do nosso sector com benefício, claro, para os restantes fornecedores de espectáculos (artistas, nomeadamente) e outras entidades ligadas aos eventos. Efetivamente, os valores orçamentados e angariados pelos clientes para pirotecnia serão distribuídos em maior fatia a outros prestadores de serviços, que não à pirotecnia.

Infelizmente, esta situação muito ampliada nos últimos anos não se justifica por uma maior produtividade das empresas produtoras e importadoras de artigos pirotécnicos, mas no simples desconhecimento dos termos e condições técnicas dos clientes, que aceitam os projectos e orçamentos dos pirotécnicos simplesmente pelo preço mais baixo, não tendo, na quase totalidade dos casos capacidade de controlo sobre as quantidades e tipologia de peças que lhe são efectivamente fornecidas. Este problema, por demais identificado e discutido no sector, vem sendo agravado com o surgimento de “pseudo” empresas pirotécnicas” de revenda de materiais pirotécnicos e da prestação de serviços de espectáculos, sem condições de armazenagem e sem técnicos devidamente formados, com todos os riscos associados de armazenagem e de queima sem as mínimas condições de segurança.

Esta situação tem sido agravada recentemente pela falta de controlo segurança que compete às autoridades policiais (PSP, GNR, ASAE, ACT e D.G.Finanças), que por uma ou outra razão não estão disponíveis para o controlo da actividade nos locais da queima.

Nestas circunstâncias são as empresas cumpridores, que comportam elevados custos de estrutura e de segurança, estas sim permanentemente fiscalizadas porque darão bons relatórios para as

estatísticas, que não conseguem competir em igualdade com aqueles, supostamente, operadores clandestinos.

Deixa-se aqui a reflexão sobre a solução estará na exigência às autoridades fiscalizadoras de condições de actuação no mercado idênticas para todos, denunciando os casos faltosos às autoridades competentes ou se deveremos ser nós, um sector unido, a não alimentador dessas tais “pseudo empresas” de pirotecnia, recusando o dinheiro fácil e rápido, sem olhar às possíveis consequências de potenciais problemas sociais e económicos que surgirão no futuro.

Apelamos à memória de todos para esta reflexão. Um problema de segurança surgido num qualquer espectáculo é meio caminho andado para, quer as autoridades, quer os clientes acabarem com a utilização de artigos pirotécnicos.

#### ➤ **ATIVIDADES INSTITUCIONAIS**

Durante o ano as relações com o DAE-PSP decorreram com normalidade apesar de não ter havido qualquer evolução nas alterações legislativas reclamadas pela APIPE há vários anos, nomeadamente na publicação da portaria sobre a formação profissional para os sector, tendo a APIPE sido consultada sobre a transposição da Diretiva 2013/29/EU relativa à marcação CE de artigos de pirotecnia, rotulagem, mapas de existências, limites de aquisição de artigos das categorias F1, F2 e F3 e sobre a rastreabilidade de artigos explosivos.

Ao nível dos processos administrativos de licenciamento de estabelecimentos de fabrico e armazenagem, nomeadamente, para a concessão de alvarás e licenças de laboração o Departamento da PSP tem despachado alguns assuntos pendentes há alguns anos, conforme havia sido prometido pelo anterior Ministro da Administração Interna à APIPE.

Quanto ao novo quadro legislativo nacional, reclamado pelo nosso sector desde há vários anos, não houve qualquer evolução, estando este assunto nas mãos do Director do DAE, com entidade coordenadora do Grupo de Trabalhos sobre os Explosivos. Lembramos que aqui o objectivo é integrar o actual quadro legal que regula o sector, alteração que se impõe por estar desajustado da realidade e ser constituído por diplomas conflituantes entre si.

Encontram-se, também e ainda, em cima da mesa, sem qualquer evolução conhecida:

- A portaria que regulará a venda e utilização livre de artigos pirotécnicos pronta para publicação desde Dezembro de 2012;
- As alterações às ISUAP e
- A criação de um catálogo de produtos pirotécnicos.

A Comissão Técnica de Normalização CT125, na qual a APIPE participa, continuou inactiva durante o ano em análise.

No que respeita às relações com outras associações do sector a cooperação tem sido regular em assuntos de interesse geral para a nossa atividade, nomeadamente em casos concretos como foi a participação da APIPE, através da ENGES na reunião de 2 de abril de 2014, na CEN TC 212, Working Group 1, em Berlim, com vista a apresentar uma proposta para o aumento da massa explosiva a conter nos foguetes de tiro.

Iniciou-se também finais de 2014 a preparação de um Jornada sobre segurança na Pirotecnia, prevista para realizar no próximo mês de Maio, em Felgueiras, uma acção conjunta da APIPE, AP3E e ANEPE.

#### ➤ **GAT - Gabinete de Estudos técnicos**

A Direção manteve a funcionar ao serviço dos associados o Gabinete de Apoio Técnico e Jurídico (GAT) que, provavelmente, devido à falta de boas expectativas para os negócios tem sido pouco utilizado pelos Associados.

O advogado da Associação teve sempre um papel importante no apoio à Direção nas interpelações ao DAE-PSP e na manifestação da nossa posição quanto às normas legislativas recentemente publicadas e também no apoio aos associados, sobretudo, através do esclarecimento e ajuda aos seus advogados.

Devido a problemas de saúde o nosso consultor técnico Eng<sup>o</sup> Manuel Rodrigues tem estado afastado das nossas reuniões, por dificuldades de deslocação, tendo apenas apoiado a Direção da APIPE e fornecido as suas opiniões em consultas relativamente a assuntos muito concretos.

#### ➤ **Formação profissional**

No âmbito do regulamento de transporte de matérias perigosas a APIPE tem estado atenta às necessidades dos associados para a formação e renovação das licenças de habilitação de condutores ADR e cursos para novas licenças com inscrições abertas em permanência.

Apesar das inscrições para formação ADR estarem permanente abertas para associados, durante o ano 2014, não houve qualquer solicitação ou pedido de inscrição, quer nos curso iniciais, quer para reciclagem.

➤ **INTERNET**

O website da APIPE é cada vez mais um veículo de comunicação privilegiado para todos, pelo que foram efetuados todos os esforços para o manter permanentemente actualizado, com todas as notícias e novidades sobre pirotecnia e explosivos que chegam ao conhecimento da Direcção. Esta é uma maneira célere e gratuita de manter os associados, e não só, informados sobre questões genéricas relativas ao sector.

A página do facebook da APIPE, onde são colocados os documentos e informações de interesse geral dos associados e do mercado, está em permanente actualização.

<b>BALANÇO E CONTAS</b>
-------------------------

➤ **RESULTADOS**

As contas do exercício de 2014 apresentam um saldo positivo de 356.73€€, sendo o total de receita contabilizadas de 8.828,00€, dos quais 8.700,00€ são relativos a quotas recebidas e 128,00€ a outras receitas, nomeadamente, recuperação de despesas.

Os custos do ano referentes à actividade da Associação totalizaram 8.471,27€, dos quais: 65,06€ são despesas com correios; 848,80€ respeitam a aluguer de salas para reuniões; 4.920,00€ são despesas de consultoria jurídica; 2.555,11€ são despesas administrativas e de contabilidade; 2,21€ são respeitantes a imposto de selo e 80.09€ dizem respeito a pequenos custos diversos 113,13€. Não existindo custos com escritório que tem sido suportado pela Direcção.

➤ **TESOURARIA**

Os valores em caixa são de 249,19€, em dinheiro e os valores em bancos são de 9.208,79€, em conta à ordem.

Não se procedeu à afetação deste valor em qualquer aplicação financeira devido ao baixo rendimento do mesmo e há turbulência gerada no mercado de capitais no último ano.

➤ **DÉBITOS E CRÉDITOS**

À data de 31 de Dezembro de 2014 os débitos de quotas de associados totalizavam

<b>Ano</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2009/10</b>
<b>Débito</b>	6600€	12600€	12600€	9000€	6600€	9304€

De acordo com o Plano e orçamento aprovado para o não 2015, os débitos de associados relativos a anos anteriores poderão ser reduzidos a 50% do valor acumulado se pagos até 31 de Maio de 2015.

As dívidas a fornecedores resumiam-se a 420,13€, que entretanto já foram liquidadas.

➤ **IMOBILIZADO**

O único bem immobilizado da Associação respeita a um computador portátil, desactivado há vários anos, por obsoleto, cujo valor de aquisição foi de 2509,45€, o qual se encontra totalmente amortizado e inactivo, com valor contabilístico de zero euros.

➤ **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nos termos legais, propõe-se que os resultados líquidos positivos no valor de 356,73€, transitem para o capital próprio da APIPE.

➤ **PERSPECTIVAS FUTURAS**

A conjuntura actual de redução de margens impõe uma maior vigilância de todos relativamente às condições de segurança da utilização de artigos pirotécnicos, quer de uso livre, quer de uso profissional, pelo que a Direção da APIPE vai estar atenta ao cumprimento dos preceitos legais, orientação que aconselhamos a todos os associados e operadores do sector.

Só dentro da legalidade e em segurança é possível manter ou incrementar o mercado. Lembramos que qualquer acidente em pirotecnia é muito mediatizado e na sequência desses o mercado vai-se reduzindo. Esta realidade é cada vez mais preocupante para a viabilidade das empresas, pelo que devemos, todos fazer o maior esforço no sentido de cumprir e fazer cumprir as normas de segurança aplicáveis ao sector.

Esperamos ainda durante o ano 2015 a publicação de importantes diplomas regulamentares como a portaria que vai regular a venda e utilização livre de produtos com marcação CE.

➤ **A FINALIZAR**

Da parte da Direção e dos Gabinetes Jurídico e Técnico da APIPE os associados poderão contar com todo o nosso apoio e experiência, por isso, não hesitem em solicitar a nossa colaboração, na certeza de que colocaremos o maior empenho ao serviço dos associados da APIPE.

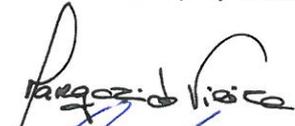
Lixa, 13 de Abril de 2015

A Direção

Carlos Alberto Machado da Silva Macedo  
Ana Margarida Ferreira Pereira Nunes Fernandes



Maria Margarida da Silva Vieira  
Nuno Filipe Ferreira da Costa  
Mateus Augusto Freitas Vieira



➤ **ANEXOS**

Balanço e Demonstração de Resultados do ano 2014  
Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas 2014



<b>Balanço em 31 de Dezembro de 2014</b>		
<b>Capital Proprio e Passivo</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Capital Proprio</b>		
Capital	0,00 €	0,00 €
Acções próprias: valor nominal	0,00 €	0,00 €
Prémios e descontos	0,00 €	0,00 €
Ajusta/s participações de capital	0,00 €	0,00 €
Reservas de reavaliação	0,00 €	0,00 €
Reservas:	0,00 €	0,00 €
Reservas legais	0,00 €	0,00 €
Reservas Livres	0,00 €	0,00 €
Resultados Transitados	27 015,83 €	23 400,39 €
Resultado Líquido do Exercício	356,73 €	3 615,44 €
<b>Total do Capital Proprio</b>	<b>27 372,56 €</b>	<b>27 015,83 €</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Dividas a terceiros - curto prazo</b>		
Provisões	0,00 €	0,00 €
Dividas e instituições de crédito	0,00 €	
Credores diversos	70 186,67 €	70 461,04 €
<b>Total dividas MLP</b>	<b>70 186,67 €</b>	<b>70 461,04 €</b>
<b>Dividas a terceiros - Longo Prazo</b>		
<b>Acrescimento e diferimentos</b>		
Acrescimento de custos	0,00 €	0,00 €
<b>Total do Passivo</b>		
<b>Total Cap. Proprio e do Passivo</b>	<b>97 559,23 €</b>	<b>97 476,87 €</b>

**O Técnico de Contas**  
 Alberto Pereira

**A Direção**  
 Carlos Alberto Machado da Silva Macedo  
 Ana Margarida Ferreira Pereira Nunes Fernandes  
 Maria Margarida da Silva Vieira  
 Nuno Filipe Ferreira da Costa  
 Mateus Augusto Freitas Vieira



Balço em 31 de Dezembro de 2014		
Activo	2014	2013
<b>Imobilizado</b>		
Imobilizações Corporeas	2 509,45 €	2 509,45 €
Imobilizações Incorporeas		
Investimentos Financeiros		
Amortizações Acumuladas	2 509,45 €	2 509,45 €
	0,00 €	0,00 €
<b>Circulante</b>		
<u>Existências:</u>		
Mat. Primas, Sub e de consumo		
Produtos acabados e intermédios		
<u>Dividas de Terceiros Curto Prazo</u>		
Duvidosos	5,00 €	5,00 €
Associados	69 129,03 €	69 129,03 €
Estado	12 150,00 €	12 150,00 €
Devedores e credores diversos	6 807,95 €	6 807,95 €
<u>Depositos bancarios e caixa</u>		
Depositos a prazo		
Depositos a ordem	9 208,79 €	9 242,98 €
Caixa	249,19 €	132,64 €
	97 549,96 €	97 467,60 €
<b>Acrescimos e diferimentos</b>		
Acrescimo de Proveitos		
Custos diferidos	9,27 €	9,27 €
<b>Total das amortizações</b>	2 509,45 €	2 509,45 €
<b>Total do Activo</b>	<b>97 559,23 €</b>	<b>97 476,87 €</b>

**O Técnico de Contas**  
Alberto Pereira

**A Direção**  
Carlos Alberto Machado da Silva Macedo  
Ana Margarida Ferreira Pereira Nunes Fernandes  
Maria Margarida da Silva Vieira  
Nuno Filipe Ferreira da Costa  
Mateus Augusto Freitas Vieira



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DEZEMBRO 2014 (Euros)			
CUSTOS E PERDAS	Exercícios		
	2014		2013
<b>Despesas</b>			
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00		0,00
Fornecimentos e Serviços	8 469,06		10 283,84
Ofertas	0,00		0,00
Subcontratos	0,00		2 530,00
Material de escritório	0,00		0,00
Comunicação	65,06		72,27
Deslocações	848,80		340,00
Rendas e alugueres	0,00		90,00
Despesas de representação	0,00		0,00
Honorários	4 920,00		4 778,16
Trabalhos Especializados	2 555,11		2 361,60
Amortizações e Ajustamentos do Exercício (Provi	0,00		0,00
Impostos	2,21		0,72
Custos com Formandos	0,00		0,00
Outros custos operacionais	80,09		75,00
(A)	8 471,27		10 284,56
Juros e custos financeiros	0,00		0,00
(C)	8 471,27		10 284,56
Custos e perdas extraordinárias	0,00		0,00
(E)	8 471,27		10 284,56
Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00		0,00
(G)	8 471,27		10 284,56
Resultado liquido do exercício	356,73		3 615,44
	8 828,00		13 900,00
<b>Receitas</b>			
Vendas de Material Publicitário	0,00		0,00
Quotas de associados	8 700,00		10 950,00
Prestação de serviços	0,00		2 870,00
Outros proveitos não especificados	0,00		0,00
(B)	8 700,00		13 820,00
Subsídios			0,00
Prov. Suplementares	128,00		80,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00		0,00
Outros juros e proveitos financeiros			0,00
(D)	8 828,00		13 900,00
Proveitos e ganhos extraordinarios	0,00		0,00
(F)	8 828,00		13 900,00
<b>RESUMO:</b>			
Resultados operacionais: (B)-(A)= .....	228,73		3 535,44
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)= .....	128,00		80,00
Resultados correntes: (D)-(C)= .....	356,73		3 615,44
Resultados antes de impostos: (F)-(E)= .....	356,73		3 615,44
Correc.mat.colect.(A acrescer- A deduzir)	0,00		0,00
Matéria colectável	356,73		3 615,44
Derrama	0,00		0,00
Prejuizos Fiscais Dedutíveis	0,00		
Taxa de IRC/IRS	0,00		
Resultado liquido do exercício	356,73		3 615,44

O Técnico de Contas  
Alberto Pereira

A Direção  
Carlos Alberto Machado da Silva Macedo  
Ana Margarida Ferreira Pereira Nunes Fernandes  
Maria Margarida da Silva Vieira  
Nuno Filipe Ferreira da Costa  
Mateus Augusto Freitas Vieira



## Parecer do Conselho Fiscal

O conselho Fiscal da APIPE apreciou todos os elementos relativos ao exercício de 2014 e verificou que os proveitos totais atingidos no final do exercício foram de 8.828,00 Euros , sendo os custos do exercício de 8.471,27 Euros, o que originaram um resultado liquido positivo de 356,63 Euros.

O conselho fiscal considera que os elementos contabilísticos estão correctos e que o relatório de contas demonstra a actividade desenvolvida no exercício de 2014 e que a informação contabilística é suficiente e responde às disposições legais e encontra-se devidamente apresentada.

Face ao exposto anteriormente, somos do parecer que os documentos merecem a aprovação, pelo que propomos:

- 1ª. Sejam aprovados o Relatório e as Contas relativas ao exercício de 2014;
- 2ª. Seja aprovada a proposta de Aplicação dos Resultados constantes no Relatório da Direcção;
- 3ª. Seja reconhecida a forma como a Direcção da APIPE conduziu a Associação contribuindo assim para o seu prestígio.

Das contas apresentadas, é nossa convicção que os documentos de prestação de contas apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da APIPE em 31 de Dezembro de 2014, bem como os resultados das operações referentes ao exercício findo naquela data.

Gaia, 07 de Maio de 2015

## O Conselho Fiscal

Presidente \_\_\_\_\_

José Lino Correia Martins - Presidente

INDUTUBOS – Sociedade Industrial de Tubos de Papel

Secretário \_\_\_\_\_

Leonel Santos Louro

Agostinho carreira Louro - Secretário

Relator \_\_\_\_\_

Agostinho Louro Cardoso – Relator

Pirotecnia Batalhense, Lda.